



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90017/2025

Código UASG:090027

PAe/SEI nº 0007419-59.2023.4.01.8000

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, por intermédio da Pregoeira designada pela [Portaria Diges n. 279, de 06 de maio de 2025](#), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO E FECHADO**, a ser realizado por meio de tecnologia da informação, obedecidos aos preceitos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais normas que regem a matéria, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF, condições e especificações constantes dos Anexos deste Edital.

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 29/08/2025

Horário: 14:00 horas (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

3.2 - O credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio:

a) o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

c) que não emprega menor;

d) que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, quando for o caso (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021 <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);**

e) que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, quando for o caso;

f) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.1 – A falsidade da declaração de que trata a letra “a” sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.5 - Não será permitida a participação de empresas:

a) que **estejam sob pena de interdição de direitos** previstos na **Lei nº 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais)**;

b) controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

c) que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

c.1) Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro

previstos neste Edital.

d) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

e) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União nos termos do art. 156, inciso III, da Lei 14.133/21;

f) impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

g) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021 ou nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21;

h) proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento no art. 12, da Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade – CNCIAI).

i) suspensas ou que tenham interdição parcial de suas atividades, nos termos do art. 19, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), evidenciada em consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

j) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

k) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6 - O impedimento ou suspensão de que tratam as alíneas "d", "e", "f", "g" e "i" do subitem 3.5, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 - Incluem-se, na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas nos incisos I e II, art. 14º, da Lei 14.133/21.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 – A licitante interessada em participar do certame deverá registrar sua proposta com a **descrição completa do objeto e o VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL DO PRÊMIO, com apenas duas casas decimais**, exclusivamente por meio eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, a partir da data da liberação do Edital, no Portal de Compras Governo Federal, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

4.2 – Na formulação da proposta, as licitantes devem observar as seguintes condições:

a) redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da Sessão Pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone e o **nome do representante legal da empresa**, responsável pela assinatura do Contrato;

c) consignar os **valores totais em risco, o limite máximo de garantia, o valor anual do prêmio, os endereços a serem segurados com os respectivos valores em risco e as coberturas e franquias definidas no item 11 do Anexo I deste Edital**, conforme Modelo de Proposta de Preços, constante do Anexo II deste Edital, adequando-os ao último lance ofertado ou valor negociado. Observe-se que **os lances deverão ser ofertados pelo valor global anual do prêmio proposto, com no máximo duas casas decimais**;

d) prever o **prazo de entrega das apólices de seguro**, que não poderá ser superior a **15 (quinze) dias corridos**, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato;

e) informar o prazo de **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;

f) declarar na proposta:

f.1) de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);

f.2) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f.3) sua proposta compreende a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

f.4) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005**, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, **aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;**

g) incluir nos valores dos prêmios todos os custos decorrentes da contratação, tais como: valor das apólices, impostos, encargos sociais, fiscais e comerciais, taxas e demais despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos seguros, na forma prevista neste Edital.

4.3 – Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

4.4 - A participação no Certame com o registro da proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

4.5 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outras que contrariem este Edital, salvo no que tange aos preços ofertados, que poderão ser reduzidos no curso da fase de lances do Certame.

4.6 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, **a proposta de preços, elaborada conforme exigido no subitem 4.2 acima, ajustada ao valor do lance, do registro no sistema ou da negociação**, bem como, **documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pela Pregoeira.**

4.7 - A pedido da licitante, via chat, e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o subitem 4.6 poderá ser prorrogado pela Pregoeira, levando-se em conta o interesse deste Tribunal, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

4.8 - A licitante que **deixar de enviar** a proposta indicada no subitem 4.6, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pela Pregoeira, nos termos do subitem anterior, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade**, na forma do subitem 11.4 deste Edital.

4.9 - Durante a análise da aceitação e habilitação, na hipótese de serem detectados erros ou falhas sanáveis nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados, a Pregoeira poderá determinar à licitante vencedora os respectivos ajustes ou complementos, nos termos do §1º, art. 64, da Lei 14.133/21.

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1 - A Pregoeira e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nos subitens abaixo.

5.1.1 - No horário estabelecido no item 2 deste Edital, a Pregoeira efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

6 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO ABERTO E FECHADO)

6.1 - Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes poderão ofertar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 - Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL DO PRÊMIO**.

6.3 - Os lances oferecidos pela licitante deverão ser inferiores ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$100,00 (cem reais)**.

6.5 - A licitante poderá ofertar lances iguais ou superiores aos de outras proponentes (lance intermediário), desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

6.6 - O licitante poderá, uma única vez, **excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema**, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.7 - No modo de disputa aberto e fechado, a oferta de lances terá a duração de **15 (quinze) minutos**. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances. A partir desse marco, transcorrerá período aleatoriamente determinado de até 10 (dez) minutos, que finalizará, automática e peremptoriamente, a recepção de lances.

6.8 - Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.7, o sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as proponentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.9 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.8, as licitantes detentoras dos menores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.10 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.8 e 6.9, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.11 - Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a Pregoeira poderá, motivadamente, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.9.

6.12 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.7 a 6.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 - Após o início da fase competitiva, em caso de empate entre duas ou mais propostas, mesmo que sejam propostas iniciais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21.

6.13.1 – Caso permaneça o empate, após as iniciativas previstas acima, o sistema retornará a disputa final, para fins de desempate, não havendo desempate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, a ser realizado em ato público, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do §2º, art. 28 da IN Seges 73/2022.

6.14 - Durante o transcurso da sessão pública, a Pregoeira poderá enviar mensagens, via *chat*, às licitantes, que só poderão se comunicar com a Pregoeira por iniciativa desta, após o encerramento da fase de lances.

6.15 - No caso de desconexão, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 - Se a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa da Pregoeira aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 - É vedada a desistência de proposta ou de lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 156, da Lei 14.133/21.

<p>7 - DA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO APÓS FASE DE LANCES</p>

7.1 - Superada a fase de lances, a Pregoeira procederá ao exame de proposta e de habilitação.

7.2 - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, nas mesmas condições previstas em Edital, e não se obtendo preço compatível com o valor estimado para a contratação, a Pregoeira recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

7.3 - Obtida uma proposta de preços julgada aceitável e concluída a fase competitiva, a Pregoeira consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

7.4 - Constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte das remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital.

7.5 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior, nos termos do §9º, art. 39 da IN SEGES/ME 73/2022.

7.6 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e não havendo quem pretenda recorrer, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7 - Manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

7.8 – Caso entenda necessário examinar, mais detidamente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá a Pregoeira suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes a data e o horário de reabertura da sessão pública.

7.9 - A Pregoeira e a Autoridade Superior do Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1 - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação pela Pregoeira, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;
- b) Documentação de Qualificação Técnica;
- c) Documentação de Qualificação Econômico-Financeira; e
- d) Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

8.2 - A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, **com a última alteração**, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, devidamente registrado no órgão competente.

8.2.1.1 – Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

8.2.1.2 – Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

8.2.1.2.1 – São aplicáveis as regras do art. 3º, da Lei 13.726/2018, relativamente à autenticação de documentos.

8.2.2 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.2.3 - Em se tratando de cooperativas:

8.2.3.1 - Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

8.2.3.2 - Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

8.2.4 - Em se tratando de empresas reunidas em consórcio:

8.2.4.1 - Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

8.2.4.1.1 - Designação do consórcio e sua composição;

8.2.4.1.2 - Finalidade do consórcio;

8.2.4.1.3 - Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

8.2.4.1.4 - Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

8.2.4.1.5 - Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

8.2.4.1.6 - Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

8.2.4.1.7 - Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

8.2.4.1.8 – No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 8.2.4.1, devem estar previstas as seguintes condições:

8.2.4.1.8.1 – de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 8.2.4.1.3 deste Edital.

8.2.4.1.8.2 - de que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.2.4.1.8.3 - acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do objeto.

8.3 – A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação de prova de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

8.4 - A **qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante apresentação de Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.4.1 - Em se tratando de consorcio, deverá ser apresentada certidão negativa de feitos sobre falência de cada empresa consorciada, cujo exame ocorrerá separadamente.

8.5 - A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será comprovada mediante consulta, da Pregoeira, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

8.5.1 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

8.5.2 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

8.5.3 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

8.5.4 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

8.5.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.6 - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.7 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.6 - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado à licitante o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 8.4, 8.5.1 a 8.5.4, por meio da opção “Enviar Anexo”, do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pela Pregoeira.

8.6.1 - Caso a validade dos documentos citados nos subitens 8.4, 8.5.1 a 8.5.4 esteja vencida no SICAF, poderá também a Pregoeira consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

8.7 - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, a Pregoeira irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário–TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponíveis no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011, bem como, a Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, prevalecendo a certidão mais recente sobre a mais antiga.

8.7.1 – Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

8.8 - Sempre que julgar necessário, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

9 - DO JULGAMENTO

9.1 - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo **VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL DO PRÊMIO**.

9.2 - No julgamento desta licitação, levar-se-á em conta o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pela Pregoeira.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou com valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;
- b) que não atendam às exigências técnicas obrigatórias;
- c) elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 59, do Lei 14.133/21;
- d) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas, ou que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;
- e) não anexadas nos termos do subitem 4.6 do Edital.

9.4 - Serão **inabilitadas** as empresas:

- a) que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no subitem 8.1 do Edital;
- b) com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 8.7 deste Instrumento.

9.4.1 - A proponente que **fizer indevida declaração quanto a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos da alínea “d” do subitem 3.4 deste Edital, será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.**

10 – DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.

10.2 - Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 156, da Lei 14.133/21.

10.3 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

10.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e

eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

10.5 - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na minuta de contrato, parte integrante deste Edital.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 11.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

11.3 - O atraso injustificado na prestação da garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021, na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

11.4 - Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

11.4.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.4.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

11.4.2.1 - não enviar a proposta;

11.4.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.4.2.3 - pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

11.4.2.4 - apresentar proposta em desacordo do edital;

11.4.3 - não prestar a garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021 ou não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.4.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.4.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.4.5 - fraudar a licitação;

11.4.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.4.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.4.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.4.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.4.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

11.5 - A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 11.4.1, 11.4.2 e 11.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 11.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 11.1, alínea “b”.

11.6 - À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 11.4.4, 11.4.5, 11.4.6, 11.4.7 e 11.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 11.1.

11.7 - O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

11.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.9 - O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

12 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

12.1 - Logo após o julgamento da proposta e habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. Observe-se que **os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.**

12.2 - A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, em qualquer das fases, julgamento da proposta e/ou habilitação, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

12.3 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

12.4 - Os recursos contra aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 15 (quinze)

dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados, nos termos do art. 166 da Lei 14.133/2021.

12.5 - O recurso de que tratam os subitens 12.1 e 12.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito, dirigido à Pregoeira, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail: dilit@trf1.jus.br, observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

12.7 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado, sem objeção, o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

12.8 - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida, pela Pregoeira, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como, do previsto na alínea "d" inciso II, art. 11 Lei nº 13.709, de 14.08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

14.2 - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, do da Lei 14.133/21.

14.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4 - Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o

substitua, apontado formalmente em sua proposta.

14.4.1 – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

14.4.2 – Em caso de inobservância do previsto no subitem 14.4.1, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

14.4.3 – Frustradas as tentativas na forma do subitem 14.4.2, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação na Biblioteca Digital do TRF1 da 1ª Região - BDTRF1, disponível no site do Contratante <https://sistemas.trf1.jus.br/dspace/handle/123/4>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

14.5 - Esse Instrumento Convocatório e eventuais alterações das suas condições, bem como informações adicionais, serão divulgadas no Portal deste Tribunal www.trf1.jus.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: dilit@trf1.jus.br.

14.6.1 – Os pedidos de esclarecimentos, feitos tempestivamente, serão respondidos pela Pregoeira, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

14.7 - ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, **o representante da empresa vencedora, de que trata a alínea “b” do subitem 4.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS)**, após a homologação do Certame, **deverá obrigatoriamente** cadastrar-se, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no acesso externo do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** no endereço: https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura do Contrato digital**, sob pena de aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.3 e 11.4.3.1 deste Edital.

14.7.1 - Após o cadastro no SEI, as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

14.8 – Maiores informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizada no 2º Andar do Ed. Sede III - SAS Quadra 01 Bloco C, Brasília/DF, CEP 70.070-900, telefones (61) 3410-3412 ou 3410-3417.

14.9 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

ANEXO I – SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.



Andamento do Certame acesse o QR Code

Brasília-DF, 14 de agosto de 2025.

Caroline Teixeira Lima Lopes
Pregoeira



SINTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DFF, conforme condições deste estabelecidas neste Instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação:

2.1.1. A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (splinkers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário e manter a integridade dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Tribunal;

2.1.2. A nova contratação visa dar continuidade ao serviços prestados pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., uma vez que o contrato nº 10/2020 (documento n. 9649900 – PA SEI nº 0000901-92.2019.4.01.8000) atingirá o limite de prazo de prorrogações de 60 (sessenta) meses em 12 de fevereiro de 2025.

2.2. Benefícios Diretos:

2.2.1. Assegurar proteção ao TRF1 em relação a eventuais prejuízos que possam ocorrer, seja por atos diversos ou catástrofes garantindo a reparação dos danos, respeitando os riscos previstos e as coberturas estabelecidas;

2.3. Benefícios Indiretos:

2.3.1. Mitigar riscos decorrentes de sinistros que possam comprometer o funcionamento do Tribunal, garantindo a cobertura de eventuais danos.

2.4. Correlação com o planejamento existente:

2.4.1. A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal (2021-2026), objetivos estratégicos: Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos. Alinha-se, ainda, com o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - PLS - TRF1 2021-2026 e com o ODS 16 da Agenda 2030/ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA, de 2025, conforme detalhamento abaixo:

2.5.1. Link do PCA: [<https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual----pca>]

2.5.2. Unidade Requisitante: DIMAP/SecGA

2.5.3. Id da futura contratação: TRF1_DIMAP_0012_2025

2.5.4. Natureza da Despesa: 33.90.39

2.5.5. A presente contratação é decorrente da recomendação emitida pela Secretaria de Controle Interno desta Corte, conforme Informação 337/2012, referente ao Processo Administrativo nº 2.723/2011, que considera necessária a contratação, por razões de prudência e cautela, embora a Administração não esteja obrigada a realizá-la, além de estar condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários.

2.6. Referência a Estudos Técnicos Preliminares que embasaram a contratação:

2.6.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos E.1 e F.4 do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Os eventos a serem cobertos pelo seguro a ser contratado e respectiva importância de cobertura estão indicados **item 10 deste Anexo - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

3.2. O presente seguro deve garantir, até o Limite Máximo de Indenização, o pagamento de indenização ao Segurado, por prejuízos consequentes dos riscos cobertos.

ITEM	CÓD. SICAM	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO
1	39.69.001.310	000013943	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF

3.3. O Valor Total em Risco é de R\$ 311.893.099,74 (trezentos e onze milhões, oitocentos e noventa e três mil e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos) sendo R\$ 204.803.782,43 (duzentos e quatro milhões, oitocentos e três mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos) para a cobertura dos imóveis e R\$ 107.089.317,31 (cento e sete milhões, oitenta e nove mil trezentos e dezessete reais e trinta e um centavos) para a cobertura dos bens móveis (máquinas, móveis e utensílios), **conforme item 10 deste Anexo - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

3.4. As atividades desenvolvidas nos imóveis informados neste instrumento são aquelas inerentes ao serviço público – prestação jurisdicional e respectivas

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

atividades administrativas próprias ao funcionamento do órgão, conforme consta no **item 10 deste Anexo - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

3.5. Para o cálculo do valor do Limite Máximo de Indenização (LMI), foi considerado o valor do prédio referente ao item 1.3 conforme quadro abaixo, sendo R\$58.210.545,06 (cinquenta e oito milhões, duzentos e dez mil quinhentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) para a cobertura dos imóveis e R\$ 53.348.661,24 (cinquenta e três milhões, trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos) para a cobertura dos bens móveis (máquinas, móveis e utensílios), totalizando o **Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$ 111.559.206,30 (cento e onze milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil duzentos e seis reais e trinta centavos).**

Item	Descrição	Endereço	Área	Destinação
1.3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070- 900	13.012,49 m2	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde 1º e 2º pavimento – Escritório.
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070- 900	3.177,66 m2	Térreo a Sobreloja: Escritório 1º andar: Escritório 2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: deposito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório

3.6. O TRF1 dispõe de Brigada de Incêndio formada, e de sistemas de prevenção de incêndio, conforme o **item 12 deste Anexo - Relatório dos Sistemas de Segurança**, no qual constam todos os sistemas de proteção dos imóveis por localização.

3.7. Há contrato de manutenção preventiva e corretiva das edificações e instalações do TRF1 em vigor;

3.8. Dados da última contratação:

- a) Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A;
- b) vigência da Apólice: das 24h de 12/02/2024 às 24h de 12/02/2025;
- c) não houve ocorrência de sinistro durante a vigência do Contrato nº 10/2020 (9649900), assinado em 12/02/2020;
- d) valor total do prêmio pago: R\$46.385,00 (quarenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais).

3.9. Os imóveis pertencentes a este Tribunal estão inseridos no conjunto urbano de Brasília que é tombado, nos termos da Portaria Iphan nº 314/92 e Portaria Iphan nº 166/2016. Contudo, nenhum deles faz parte dos imóveis tombados individualmente pelo IPHAN;

3.10. Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede III e Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente".

3.11. Não existem imóveis desocupados ou locados, à exceção da nova sede do TRF1, que se encontra em construção, porém não integra o conjunto de imóveis objeto desta contratação.

3.12. Os bens em desuso e/ou avaliados como inservíveis, após devolvidos à área de patrimônio, são destinados a compor processo de desfazimento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14-16 do TRF1.

3.13. Não foram utilizados isopainéis nas edificações. Porém, os Edifícios Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe e Base Operacional de Serviços Administrativos possuem telha termoacústica.

3.13.1. Metragem:

3.13.1.1. - Base Operacional: não temos planta da cobertura, pela projeção na planta baixa é cerca de 1.986,12 m2.

3.13.1.2. - Esmaf: 991,31 m2.

3.13.1.3. - Hotel: 1.057,96 m2.

3.14. O serviço de Saúde do TRF1 realiza diversas atividades, tais como: consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de nutrição, de serviço social, emissão de atestados de saúde, atendimento de emergência nos postos de trabalho (inclusive, com utilização de desfibrilizador, quando necessário), exames periódicos de saúde, além de ações relacionadas à saúde e segurança do trabalho, entre outras. O setor também dispõe de local apropriado para a coleta e o descarte de resíduos hospitalares.

3.15. Os imóveis podem ser submetidos a obras de Retrofit (reforma e reabilitação) durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme estabelecido no item 8 deste Anexo.

4. DA VISTORIA FACULTATIVA

4.1. Fica facultado às licitantes realização de vistoria prévia, devidamente agendada com a Divisão de Engenharia - DIENG, pelo telefone **(61) 3410-3230, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 17h**, ou pelo endereço eletrônico **dieng@trf1.jus.br**, para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para levantamento e análise do risco pelo qual se responsabilizará, no caso de contratação do seguro.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue:

5.1.1. Após o término de vigência da apólice 4061000011496, ocorrido em 12/02/2025, a Divisão de Material e Patrimônio - Dimap identificou a necessidade de contratar empresa para prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões; danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade Civil; derrame de água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistemas de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário em uso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, compreendendo os bens, valores e coberturas contidos no **item 10 deste Anexo - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

5.1.2. Por se tratar de serviço com fornecimento contínuo o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 108 da lei nº 14.133/2021.

5.1.3. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.1.4. A apólice a ser apresentada a este Tribunal deverá demonstrar em suas condições particulares ou especiais as cláusulas concernentes às coberturas exigidas no presente instrumento e seus anexos.

5.1.5. Caracterizado o sinistro, a Seguradora fica responsável por garantir a plena cobertura estabelecidas na apólice e no termo de referência, providenciando a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

5.2. Sustentabilidade

5.2.1. O objeto prescinde de estudos ambientais por se tratar de prestação de serviços.

6. DA APÓLICE DE SEGURO

6.1. A Seguradora deverá emitir a(s) apólice(s) em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e deverá constar o seguinte:

6.1.1. Identificação da Seguradora, com o respectivo CNPJ, o número do processo administrativo da SUSEP que identifica o plano comercializado, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada edifício com suas devidas especificações, localizações e valores em risco;

6.1.2. Prêmios discriminados por cobertura, Limites Máximos de indenização e Limites Máximos de Garantia da apólice;

6.1.3. O nome ou a razão social do segurado;

6.1.4. Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

6.2. Prazo de vigência da Apólice:

6.2.1. O prazo de vigência da Apólice será de 12 (doze) meses contados do início da vigência do seguro.

6.3. A Seguradora deverá emitir e **entregar a apólice do seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato**, a qual será estabelecida no próprio contrato, onde constarão todos os dados do seguro, os bens segurados, a cobertura, os valores contratados e a vigência do seguro.

6.3.1. A apólice poderá ser entregue por meio físico ou eletrônico, com assinatura eletrônica válida e com confirmação de recebimento, à Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-903, e-mail: dimap@trf1.jus.br, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.

6.4. O fato de a Seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

6.5. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, entre outros, a Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento do pedido expresso do SEGURADO.

7. DO AVISO DE SINISTRO

7.1. A Seguradora deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro;

7.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

7.3. Após registro de sinistro, a Seguradora terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

8. DO ENDOSSO

8.1. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo SEGURADO e processadas pela Seguradora, mediante endosso;

8.2. O valor do prêmio a ser pago à Seguradora concernente a eventual emissão de Endosso(s) à Apólice Original, quando cabível, deverá manter a proporcionalidade com o prêmio total originariamente contratado e o valor total dos

bens ora descrito no presente Termo de Referência e seus anexos, inclusive, no tocante à vigência do endosso, considerando coberturas e bens similares.

8.3. A proposta de prêmio de seguro, sempre que solicitado pelo SEGURADO, por ocasião de endosso/inclusão de novos bens, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.4. Para efeito de cálculo da nova proposta, deverão ser observados os parâmetros utilizados na proposta inicial, bem como neste Termo de Referência.

8.5. A vigência de eventual endosso deverá ocorrer a partir da data consignada na proposta da Seguradora, ou da data da alteração da apólice, quando realizada por meio de Central de Atendimento.

8.6. As apólices referentes a endossos deverão ser fornecidas no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do pedido expresso do Segurado, promovendo, no mesmo prazo, quando necessária, as atualizações dos dados disponíveis, devendo ser observado a hora e data de início da vigência. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

8.6.1. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá, a qualquer tempo, ser realizada pela Divisão de Material e Patrimônio do TRF1, em Brasília-DF.

9. DOS RISCOS COBERTOS

9.1. Para fins de apuração dos prejuízos indenizáveis, a seguradora será responsável pela cobertura integral dos danos, até o valor do Limite Máximo de Indenização (LMI).

9.2. Fica entendido e acordado que o seguro sobre os equipamentos abrangerá, também, os respectivos acessórios adicionais a eles incorporados.

9.2.1. A indenização de qualquer bem será calculada com base em seu valor unitário. Entretanto, nos casos em que o bem for composto por um conjunto de itens integrados que constituem um único objeto, deverá ser considerada a totalidade desse conjunto para fins de apuração do valor indenizável.

9.3. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

9.3.1. Cobertura Básica contra incêndio (que deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências), queda de raio ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados e explosão ou implosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

9.3.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade civil (RC Geral); derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações.

9.4. A cobertura referente a **Danos Elétricos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

9.5. A cobertura referente a **Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos materiais aos edifícios segurados e seus equipamentos, mobiliários e demais bens neles contidos decorrentes de impacto direto de veículos automotores terrestres, inclusive os pertencentes ao próprio órgão ou a terceiros, ainda que conduzidos por pessoas não autorizadas; queda, choque ou aterrissagem forçada de aeronaves ou quaisquer objetos que delas se desprendam, incluindo partes estruturais, bagagens ou cargas; danos ocasionados por veículos de terceiros que acidentalmente invadam o imóvel segurado ou sua área externa, como pátios, estacionamentos ou áreas de circulação;

9.6. A cobertura referente a **Responsabilidade Civil - RC Geral**, deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas na Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021. A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial e/ou industrial.

9.7. A cobertura referente ao **Derrame d'água, vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) existentes e instalados nos prédios segurados.

9.8. A cobertura referente à **Furto qualificado e roubo de bens** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados pela subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, com ou sem o emprego de violência ou ameaça, mas com características de destruição ou rompimento de obstáculo, abuso de confiança, ocorrência de fraude, escalada ou destreza, emprego de chaves falsas ou mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

9.9. A cobertura referente à **Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive, pele de vidro** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos materiais causados aos imóveis segurados.

9.10. A cobertura referente à **Alagamento e inundação** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por alagamento decorrentes de insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares; tromba d'água, chuva, aguaceiro, enchente; transbordamento de rios, lagos, lagoas, represas e canais; ruptura ou transbordamento de encanamento,

canalizações, adutoras, e reservatórios, não pertencentes ou localizados no terreno do imóvel segurado.

9.11. A cobertura referente à **Vazamento de tanques e ruptura de tubulações** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água que pertençam ao edifícios do Tribunal.

9.12. Se **Danos Múltiplos e/ou Sucessivos** forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, **o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única “ocorrência”**.

9.13. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável ao SEGURADO, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

9.14. Os eventuais desembolsos efetuados pelo SEGURADO, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo SEGURADO e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

9.15. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições do contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

9.15.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

9.15.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

9.16. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

9.16.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

9.16.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

9.16.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

9.17. As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

9.17.1. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o SEGURADO.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

9.17.2. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pelo SEGURADO, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

9.18. Os riscos tratados também incluem equipamentos tais como elevadores, geradores, entre outros que façam parte da estrutura de funcionamento deste Tribunal.

10. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E VALORES A SEREM COBERTOS

10.1. Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Riscos.

Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"							
Item	Identificação do imóvel	Endereço	Área	Atividade	Valor dos Bens Imóveis (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor Total em Risco (R\$)
1.1	Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	16.371,35 m²	Térreo - garagem/escritório Subsolo- depósito/escritório / garagem Sobreloja ao 3º pavimento-escritório	R\$60.638.461,09	R\$ 20.007.011,08	R\$ 80.645.472,17
1.2	Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	8.559,00 m²	2º Subsolo ao Térreo: Depósito/ Escritório	R\$ 40.566.925,72	R\$ 15.375.874,29	R\$ 55.942.800,01
1.3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.012,49 m²	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde1º e 2º pavimento – Escritório.	R\$ 58.210.545,06	R\$ 53.348.661,24	R\$ 111.559.206,30
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m²	Escritório1º andar: Escritório2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: depósito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento-escritório			
1.4	Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903	6.172,88 m²	Térreo ao 4º pavimento - Escritórios/Depósitos/Almoxarifado	R\$ 22.102.299,50	R\$ 15.135.116,76	R\$ 37.237.416,26

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

1.5	Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região Centrejufe	Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970	5.945,24 m²	Escola Técnica	R\$ 21.517.643,96	R\$ 945.928,74	R\$ 22.463.572,70
1.6	Base Operacional de Serviços Administrativos - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120, Brasília/DF, CEP 70610-610	1.746,11 m²	Térreo - Gráfica, garagem e oficina Mezanino - Escritórios	R\$ 1.767.907,10	R\$ 2.276.725,20	R\$ 4.044.632,30
SUBTOTAIS					R\$ 204.803.782,43	R\$ 107.089.317,31	R\$ 311.893.099,74
VALOR EM RISCO TOTAL					R\$ 311.893.099,74		
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA					R\$ 111.559.206,30		

11. COBERTURAS/ LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO / FRANQUIAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"			
Valor em Risco Total: R\$ 311.893.099,74		Limite Máximo de Garantia: R\$ 111.559.206,30	
Cobertura	Risco	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Franquias
Básica: Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 111.559.206,30	Item 1.6_Base Operacional: 20% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 100.000,00 Itens 1.1 a 1.5: 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00
Danos elétricos	Absoluto	R\$6.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 10.000,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	Absoluto	R\$5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 3.000,00
Responsabilidade Civil (RC Geral) / Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	Absoluto	R\$2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos	Absoluto	R\$3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Quebra de Vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 2.000,00

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Alagamento e inundação	Absoluto	R\$5.000.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$30.000,00
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absoluto	R\$2.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00

12. RELATÓRIO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA

12.1. Relatório dos Sistemas de Segurança.

RELATÓRIO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA		
Relatório Qualitativo de Preventivos Existentes do Tribunal Regional Federal – 1ª Região (Edifícios do Tribunal)		
Obs.: Relatório elaborado pela Equipe de Brigada com atualizações realizadas pela Divisão de Engenharia/TRF1		
Edificação	Preventivos	Observações
Sede I	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers.	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, estão sendo instalados em toda edificação conforme projeto de implementação contra incêndio.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio.	Nesta edificação estão instalando sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras.	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade, porém, está sendo adequado para pressurização por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio.	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 05 (cinco) elevadores movidos por cabo de aço e polias; e 01 (um) elevador hidráulico.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal, portaria lateral e saídas da garagem interna no térreo), a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
Sede II	Sistema de chuveiros automáticos – tipo Sprinklers	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, se encontra presente em todos os pavimentos da edificação.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial). Porém apresenta falhas no sistema.
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.

	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03 (três) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saídas no 1º subsolo próximo ao malote), considerando, ainda, a rota de fuga existente no 2º subsolo do prédio, que permite acesso a área externa do prédio no pavimento térreo, ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais. Contudo, o acesso a saída do 2º subsolo tem desnível no piso e está gradeada e trancada com cadeados em desacordo com a norma NBR 9077.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
Sede III	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico) e uma carreta ABC 50kg. Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 04 (quatro) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas no centro da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saída da garagem no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações

Anexo I	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler, mas está inoperante .
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03 (três) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo e saída da garagem, no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
Anexo II	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 02 (dois) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo, acesso pelo 2º subsolo e saída da garagem, também no 2º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
Centrejufe - ESMAF	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, se encontra presente em todos os pavimentos da edificação.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), 01(um) elevador movido por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada de emergência, apenas escadas de uso comum. Todavia, esta edificação possui um auditório, e neste local existem 02 (duas) saídas de emergência. Além destas, o prédio possui entrada comum (portaria principal no pavimento térreo), podendo esta ser utilizada como rotas de fuga em situações emergências.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
Centrejufe - Hotel	Sistema de chuveiros automáticos – tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal no pavimento térreo) e porta lateral no térreo, podendo serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
Base Operacional	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistemas de detecção (acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).

	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal na área de garagem e na lateral), podendo estas serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
Gráfica	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistemas de detecção (acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico) e uma carreta BC 50kg. Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada pelos fundos (da Base operacional), sendo fundos e corredores como opção de saída em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

13.1.1. A apólice deverá ser disponibilizada para o SEGURADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data inicial fixada

para a vigência do contrato, onde constarão todos os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.

13.1.2. A apólice poderá ser entregue por meio físico ou eletrônico, com assinatura eletrônica válida e com confirmação de recebimento, à **Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-900, e-mail: dimap@trf1.jus.br**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.

13.1.3. A Seguradora deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

13.1.4. A Seguradora vencedora da licitação deverá indicar, na forma do disposto no art. 118 da Lei 14.133, de 2021, um preposto para representá-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e o Gestor Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

13.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

13.3. A apólice a ser apresentada a este Tribunal deverá demonstrar em suas condições particulares ou especiais as cláusulas concernentes às coberturas exigidas no presente instrumento e seus anexos.

13.4. As coberturas a serem contratadas correspondem àquelas descritas no presente instrumento e anexos, com destaque para as constantes do **item 10 deste Anexo - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco**. Contudo, outras modalidades de coberturas poderão, a critério deste Tribunal, ser contratadas durante a vigência da presente contratação, observados os limites legalmente previstos.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.

14.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo SEGURADO.

14.3. O gestor do contrato de que trata o subitem 14.2 desta cláusula, observado, no que couber, o Decreto 11.246/2022, deverá ainda:

14.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando à Seguradora o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.3.2. Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento do Contrato.

14.3.3. Comunicar formalmente à Seguradora as irregularidades cometidas.

14.3.4. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento.

14.3.5. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado.

14.3.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

14.3.7. Notificar à Seguradora sobre o prazo limite para o exercício do direito ao reajuste, observada a possibilidade de negociação para reduzir os custos da contratação.

14.3.8. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

14.3.9. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

14.3.10. Manter registro de aditivos.

14.3.11. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

14.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

14.5. Expirada a vigência do contrato, o servidor ou comissão informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI:(0022474-50.2023.4.01.8000).

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados

16.2. A Seguradora obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

16.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

16.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

16.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

16.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

16.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

16.7. Não haverá tratamento específico de dados para esta contratação.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Unidade Gestora (UG)/Responsável: 090027/00001 - Secretaria do TRF da 1ª Região
2. Fonte de Recursos: 0100000000
3. Programa de Trabalho (PTRES): 168376
4. Natureza de Despesa: 3390.39

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Este termo foi elaborado pela DIMAP – Divisão de Material e Patrimônio do TRF da 1ª Região. Informações e dúvidas poderão ser sanadas pelo telefone (61) 3314-1739 e 2196-2427, com os servidores Neuraciene Augusta Coelho e Francisco Miguel Melo Rufino dos Santos.



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Item	Descrição	Valor Total em Risco	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Global Anual (R\$)
01	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF	R\$ 311.893.099,74	R\$111.559.206,30	

COBERTURAS/ LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO / FRANQUIAS TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"			
Valor em Risco Total: R\$ 311.893.099,74		Limite Máximo de Garantia: R\$ 111.559.206,30	
Cobertura	Risco	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Franquias
Básica: Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 111.559.206,30	Item 1.6 Base Operacional: 20% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 100.000,00 Itens 1.1 a 1.5: 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00
Danos elétricos	Absoluto	R\$6.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 10.000,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	Absoluto	R\$5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 3.000,00
Responsabilidade Civil (RC Geral) / Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	Absoluto	R\$2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos	Absoluto	R\$3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Quebra de Vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$5.000.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$30.000,00
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absoluto	R\$2.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00

Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"							
Item	Identificação do imóvel	Endereço	Área	Atividade	Valor dos Bens Imóveis (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor Total em Risco (R\$)
1.1	Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	16.371,35 m²	Térreo - garagem/escritório Subsolo- depósito/ escritório / garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório	R\$60.638.461,09	R\$ 20.007.011,08	R\$ 80.645.472,17
1.2	Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	8.559,00 m²	2º Subsolo ao Térreo: Depósito/ Escritório	R\$ 40.566.925,72	R\$ 15.375.874,29	R\$ 55.942.800,01
1.3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.012,49 m²	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde 1º e 2º pavimento – Escritório.	R\$ 58.210.545,06	R\$ 53.348.661,24	R\$ 111.559.206,30
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m²	Escritório 1º andar: Escritório 2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: depósito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório			

1.4	Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903	6.172,88 m²	Térreo ao 4º pavimento - Escritórios/Depósitos/Almoxarifado	R\$ 22.102.299,50	R\$ 15.135.116,76	R\$ 37.237.416,26
1.5	Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe	Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970	5.945,24 m²	Escola Técnica	R\$ 21.517.643,96	R\$ 945.928,74	R\$ 22.463.572,70
1.6	Base Operacional de Serviços Administrativos - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120, Brasília/DF, CEP 70610-610	1.746,11 m²	Térreo – Gráfica, garagem e oficina Mezanino - Escritórios	R\$ 1.767.907,10	R\$ 2.276.725,20	R\$ 4.044.632,30
SUBTOTAIS					R\$204.803.782,43	R\$107.089.317,31	R\$ 311.893.099,74
VALOR EM RISCO TOTAL					R\$ 311.893.099,74		
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA					R\$ 111.559.206,30		

1. **Prazo de entrega das apólices de seguro:** () dias corridos, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato;

2. **Prazo de validade da proposta:** () dias corridos, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 do Edital.

3. **Esta empresa declara que:**

- a) não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);
- b) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- c) a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005**, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, **aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**;

4. **Dados do REPRESENTANTE LEGAL que assinará o Contrato:**

- a) nome completo:
- b) e-mail:
- c) telefone:
- d) domicílio:

MINUTA DE CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CONTRATO TRF1 MINUTA 23377689

CONTRATO N. ____/2025, PARA A COBERTURA SECURITÁRIA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, E A

_____.

CONTRATANTE: UNIÃO/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF 03.658.507/0001-25, com sede no SAU/SUL, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília-DF, doravante denominado **SEGURADO**, neste ato representado, conforme atribuições delegadas por meio da [Portaria Diges n. 459, de 09/07/2024](#), por sua diretora da Secretaria de Gestão Administrativa, **RAQUEL CALLAND CERQUEIRA**, brasileira, CPF: 805.174.391-15, RG: 1.561.619 - SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF ____./____./____-, sediada na _____, CEP: ____-____, telefone (____) ____-____, e-mail: _____; doravante denominada **SEGURADORA**, neste ato representada por seu sócio _____, brasileiro, CPF ____./____./____-, RG _____ SSP/____, residente e domiciliado nesta Capital.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, com observação ao constante no **Processo Administrativo Eletrônico 0007419-59.2023.4.01.8000 - TRF1** e com fundamento na **Lei 14.133/2021; Pregão Eletrônico n. ____/2025**; demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste termo consiste na contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Segurado, de acordo com as especificações constantes deste contrato e seus anexos.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

2.1. Por este contrato, a Seguradora obriga-se a:

2.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

2.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Segurado ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Segurado.

2.1.3. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do Segurado.

2.1.4. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, municipais/distrital em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o fornecimento objeto deste contrato.

2.1.5. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais a que o Segurado for compelido a responder em decorrência deste contrato.

2.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no instrumento convocatório para contratação.

2.1.7. Manter seus profissionais, quando nas dependências do Segurado, em perfeitas condições de apresentação e asseio, submetendo-os às normas internas de conduta, segurança e disciplina; ao Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela [Resolução CJF 147/2011](#), e à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela [Resolução CNJ 351/2020](#), sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com o órgão.

2.1.8. Substituir no prazo definido pelo gestor e após recebimento de comunicação escrita do Segurado, qualquer empregado que seja considerado inconveniente à boa ordem, que não observe as normas internas do Segurado, não atenda às determinações da fiscalização do Segurado ou impeça a sua atuação.

2.1.9. Prestar os serviços na forma estabelecida neste contrato, observando as normas legais a que está sujeita para o cumprimento deste contrato.

2.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Segurado, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço executado.

2.1.11. Comunicar ao Segurado, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do serviço, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização.

2.1.12. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do Segurado no que tange ao cumprimento do objeto deste contrato.

2.1.13. Colocar à disposição do Segurado, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por e-mail, telefone, fax ou serviço on line, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada.

2.1.13.1. Após registro de sinistro, utilizando qualquer dos meios acima elencados, a Seguradora terá, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando ao pagamento da indenização aplicável ao caso.

2.1.14. Permanecer como única e total responsável perante o Segurado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros.

2.1.15. Realizar, no caso de ocorrência de sinistro, a liquidação dos sinistros em prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao Segurado.

2.1.16. Indicar preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato.

2.1.17. Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.

2.1.18. Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente contrato.

2.1.19. Observar, na execução do objeto, os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

2.1.20. Dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

2.1.21. Comunicar ao Segurado, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

2.1.21.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste contrato e seus anexos.

2.1.21.2. É vedado, na execução do objeto, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiverem acessos prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

2.1.21.3. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

2.1.21.4. Extinto o presente contrato ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

3. DAS OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

3.1. Por este contrato, o Segurado obriga-se a:

3.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Seguradora possa cumprir o objeto deste contrato.

3.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Seguradora, necessários à execução deste contrato.

3.1.3. Comunicar à Seguradora qualquer irregularidade verificada na execução do objeto contratado, determinando a adoção das medidas necessárias à

solução dos problemas.

3.1.4. Assegurar aos empregados da Seguradora o acesso às suas instalações para vistoria, respeitadas as normas internas (disciplina, segurança) do Segurado.

3.1.5. Apresentar à Seguradora todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados.

3.1.6. Comunicar à Seguradora quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens.

3.1.7. Comunicar à Seguradora a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo.

3.1.8. Designar servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste contrato.

3.1.9. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato.

3.1.10. Exigir, sempre que necessária, a apresentação, pela Seguradora, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

3.1.11. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à entrega dos produtos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos produtos, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.

4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.

4.2. O acompanhamento da execução será exercido por servidor ou comissão designada pelo Segurado, que acumulará a função de gestora administrativa do contrato.

4.3. O servidor ou comissão de que trata o subitem 4.2 desta cláusula, observado, no que couber, o Decreto 11.246/2022, deverá:

4.3.1. Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, anotando-as em registro próprio, determinando à Seguradora o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.3.2. Comunicar formalmente à Seguradora as irregularidades cometidas.

4.3.3. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução dos serviços, para fins de pagamento.

4.3.4. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade.

4.3.5. Notificar à Seguradora sobre o prazo limite para o exercício do direito ao reajuste, observada a possibilidade de negociação para reduzir os custos da contratação.

4.3.6. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

4.3.7. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

4.3.8. Manter registro de aditivos.

4.3.9. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

4.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

4.5. Expirada a vigência do contrato, o servidor ou comissão informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

5. DA APÓLICE DE SEGURO

5.1. A Seguradora deverá entregar a apólice de seguro no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** contados da data inicial estabelecida no subitem 11.1 deste contrato, onde constarão todos os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.

5.1.1. A apólice poderá ser entregue por meio físico ou eletrônico, com assinatura eletrônica válida e com confirmação de recebimento, à Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-903, e-mail: dimap@trf1.jus.br, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.

5.1.2. O fato de a Seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

5.1.3. As informações que deverão constar da apólice estão estabelecidas no item 6.1 do Anexo I ao Edital.

5.2. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo Segurado e deverão ser processadas pela Seguradora, mediante endosso.

5.2.1. O valor do prêmio a ser pago à Seguradora concernente a eventual emissão de Endosso(s) à Apólice Original, quando cabível, deverá manter a proporcionalidade com o prêmio total originariamente contratado e o valor total dos bens ora descrito no presente contrato, inclusive no tocante à vigência do endosso, considerando coberturas e bens similares.

5.2.2. A proposta de prêmio de seguro, sempre que solicitado pelo Segurado, por ocasião de endosso/inclusão de novos bens, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2.3. Para efeito de cálculo da nova proposta, deverão ser observados os parâmetros utilizados na proposta inicial, bem como neste contrato.

5.2.4. A vigência de eventual endosso deverá ocorrer a partir da data consignada na proposta da Seguradora, ou da data da alteração da apólice, quando realizada por meio de Central de Atendimento.

5.2.5. As apólices referentes a endossos deverão ser fornecidas no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do pedido expresso do Segurado, promovendo, no mesmo prazo, quando necessária, as atualizações dos dados

disponíveis, devendo ser observado a hora e data de início da vigência. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

5.2.6. A inclusão e/ou correções de que trata o subitem 5.2 poderá, a qualquer tempo, ser realizada pelo Segurado.

5.3. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as coberturas estabelecidas no item 9 do Anexo I ao Edital.

5.4. A localização dos imóveis a serem cobertos, valores, franquias e relatório dos sistemas de segurança estão estabelecidos nos itens 10, 11 e 12 do Anexo I ao Edital.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária, no ato de entrega da apólice, juntamente com o documento de cobrança, para posterior verificação da sua conformidade, pelo(a) responsável pelo recebimento do objeto.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após verificação da conformidade da apólice com as especificações e demais condições estabelecidas neste contrato e na proposta, mediante termo detalhado e atesto do documento de cobrança, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Seguradora da responsabilidade de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

6.3. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilatação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Segurado.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à Seguradora para emissão do documento de cobrança no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho _____ e Elemento de Despesa ____.

7.2. Foi emitida a Nota de Empenho _____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (____), para atender as despesas oriundas desta contratação.

8. DO PREÇO

8.1. Para a presente contratação, o Segurado pagará à Seguradora o valor estabelecido nos Anexos deste contrato.

8.2. No preço estão compreendidas todas as despesas concernentes à prestação dos serviços objeto desta contratação tais como transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam

indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, e já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

9.1.1. Tem-se como a data do orçamento estimado para essa contratação o dia _____, marcado pela conclusão da documentação necessária para a licitação.

9.1.2. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

9.2. O reajuste dos preços terá como limite a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

9.3. Caberá à Seguradora solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

9.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

9.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

9.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Seguradora, considerando-se:

9.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

9.5.2. As particularidades deste contrato.

9.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

9.5.4. A disponibilidade orçamentária do Segurado.

9.6. O prazo para a Seguradora solicitar o reajuste encerrar-se-á na data da prorrogação/ término de vigência contratual ou, se notificada para exercer o seu direito, não se manifestar em 15 (quinze) dias úteis, obedecidas as seguintes disposições:

9.6.1. Caso a Seguradora não solicite o reajuste dentro do prazo fixado no subitem 9.6, perderá, em cada período aquisitivo, o direito à revisão dos preços do contrato.

9.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste somente poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da prorrogação do prazo de vigência do contrato.

9.7. Se, embora solicitado tempestivamente o reajuste, o índice aplicável não estiver disponível, a Seguradora deverá formular novo pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da disponibilização desse índice na página oficial da entidade responsável pela sua publicação, ainda que o contrato esteja vencido ou prorrogado.

9.8. Os reajustamentos não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com fundamento no art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021.

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO DO PRÊMIO

10.1. Os prazos para liquidação e pagamento do prêmio, considerando-se a forma de recebimento do objeto estabelecida neste contrato, terão como limite:

10.1.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar da atestação da nota fiscal ou de documento de cobrança equivalente.

10.1.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, contatos da liquidação.

10.1.3. Os prazos serão interrompidos no momento em que a Seguradora for notificada para regularizar quaisquer pendências que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa.

10.1.4. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o Segurado cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

10.2. A regularidade de que trata o subitem 2.1.6, especialmente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF) e a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), será confirmada antes do pagamento.

10.3. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 10.1 desta Cláusula, não ocasionado por culpa da Seguradora, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação. A Seguradora deverá formular o pedido, por escrito, ao Segurado, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

10.4. Os pagamentos serão creditados em nome da Seguradora, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato.

10.5. Os pagamentos, mediante emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Seguradora efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

10.6. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento interrompido, até que a Seguradora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Segurado.

10.7. O Segurado poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Seguradora, nos termos deste contrato.

10.8. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente.

11. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1. Este contrato entra em vigor a partir de _____ e vigorará por **12 (doze) meses**, observado o disposto no art. 106 da Lei 14.133/2021, podendo ser

prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses, nos termos do art. 107 da mesma Lei.

11.1.1. Este contrato tem seu término previsto para _____.

11.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

11.2.1. Prestação regular dos serviços.

11.2.2. Manutenção do interesse do Segurado na realização do serviço.

11.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Segurado.

11.2.4. Manifestação expressa da Seguradora quanto ao interesse na prorrogação.

11.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Seguradora no âmbito da União ou do Segurado.

11.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Seguradora, no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para garantir o seu direito a essa revisão dos preços.

11.4. O contrato não será prorrogado quando a Seguradora tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Segurado, enquanto perdurarem os efeitos.

11.5. No caso de prorrogação do contrato, fica a Seguradora obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

11.6. O Segurado apresentará à Seguradora o valor segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

11.6.1. No tocante aos bens imóveis, serão apresentados valores extraídos do Spiunet à época da renovação da apólice.

11.6.2. No tocante aos bens móveis, serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio do Segurado, à época da renovação da apólice.

11.7. A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato, observado os termos dos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

12.2. O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer

outro inadimplemento contratual sujeitará a Seguradora à multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia ou hora de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor contratado, até o limite de 10 (dez) horas, para os prazos em horas, e 10 (dez) dias para os prazos em dias.

12.2.1. A partir da 11ª hora, para os prazos em horas, ou 11º dia, para os prazos em dias, a multa por hora ou dia passa a ser de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 12.2.

12.3. Para as obrigações que não tenham prazo previamente estabelecido, o Contratante notificará a Contratada, fixando prazo para seu cumprimento. Esgotado esse prazo sem a devida execução, a Contratada será considerada em mora, aplicando-se, nesse caso, o disposto no subitem 12.2.

12.4. Se em decorrência de ação ou omissão, que não resulte em inexecução parcial ou total do objeto contratado e que não tenha sido objeto de multa anterior, o cumprimento da obrigação se tornar inútil em momento posterior, a Seguradora estará sujeita à multa 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato e por ocorrência.

12.4.1. O valor da multa de que trata o subitem 12.4 não poderá ser superior àquela que seria cabível caso a obrigação tivesse sido entregue em mora.

12.5. A inexecução parcial ou total deste contrato por parte da Seguradora poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente.

12.6. A Seguradora, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

12.6.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para a entrega deverá ser encaminhada ao Segurado até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Segurado a sua aceitação.

12.6.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Seguradora às sanções previstas neste contrato.

12.7. Vencidos os prazos sem o cumprimento da obrigação, o Segurado oficiará à Seguradora, comunicando-lhe a data limite para fazê-la, sem prejuízo da multa prevista no subitem 12.2.

12.8. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou descontados da garantia contratual, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

12.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.10. O Segurado promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Seguradora.

13. DA RESCISÃO

13.1. O Segurado se reserva o direito de extinguir unilateralmente o presente contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 137, incisos I a IX e art. 138, inciso I, todos da Lei 14.133/2021.

13.2. O presente contrato poderá, ainda, ser extinto por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos constantes no art. 138, incisos II e III, da Lei 14.133/2021.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia, em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei 14.133/2021.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Seguradora será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Seguradora.

15.2. É de exclusiva responsabilidade da Seguradora o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.

15.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.2, o Segurado poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

15.4. Frustradas as tentativas na forma do subitem 15.3, o Segurado poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da Seguradora mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Segurado (<http://portal.trf1.jus.br/portalt rf1/publicacoes/diarios-da-justica/diarios-da-justica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito pelas partes o foro federal, no Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro.

Por estarem as partes de acordo, assinam o presente contrato por meio de senha eletrônica.

RAQUEL CALLAND CERQUEIRA

Diretora da Secretaria de Gestão Administrativa do TRF 1ª Região

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Webes Ribeiro da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 12/08/2025, às 17:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23377689** e o código CRC **27AA0F0E**.

**ANEXO I DO CONTRATO N. ____/2025
PLANILHA DE PREÇOS (Valores em R\$)**

Descrição do Item 1	Valor Total em Risco	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Anual
Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF	311.893.099,74	111.559.206,30	

**ANEXO II DO CONTRATO N. ____/2025
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

(Será implementado quando da contratação)

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br	
0007419-59.2023.4.01.8000	23377689v2